

Valor, essência e aparência e o conceito da mais-valia-extraordinária

Rogério Antônio Lagoeiro de Magalhães

RESUMO

No contexto da discussão sobre a natureza da *mais-valia-extraordinária*, levantada por Francisco Paulo Cipolla (UFPR), em artigo publicado na revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (junho de 2003), o artigo propõe uma articulação dos conceitos de *valor* e *preço*, de Marx, dentro da lógica do sistema-padrão de Sraffa; nesta formulação a *mais-valia-extraordinária* vai resultar como a expressão funcional por excelência do fenômeno do lucro capitalista. Em suma, não obstante se reconheça a *mais-valia-absoluta* como uma das muitas formas pelas quais, na prática histórica, o capital se apropria de rendimentos funcionalmente devidos ao trabalho, se retira dele, em favor da *mais-valia-extraordinária*, a estruturação de uma explicação teórica do lucro, em condições de compatibilidade com a dinâmica geral do sistema.

Introdução

O renascimento, entre os marxistas brasileiros, da discussão sobre a natureza do conceito da *mais valia extraordinária*, é assinalado por Francisco Paulo Cipolla (UFPR), em artigo publicado no número 12 (junho 2003), da revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (“*Valor de mercado, preço de mercado e o conceito de mais valia extraordinária*”).

Tomamos, como referências expressas desse debate, no âmbito da Sociedade Brasileira de Economia Política, além do já referido artigo, os seguintes trabalhos, todos apresentados em eventos da entidade: i) o artigo “*Sobre o conceito de mais valia extra em Marx*”, de Reinaldo Carcanholo (UFES), apresentado no V encontro/2000; ii) o artigo “*Processo de gravitação, concorrência e preço de produção: uma perspectiva dinâmica*”, apresentado por Alain Herscovici (UFES) também no V encontro/2000; iii) o artigo de Borges Neto (PUC-SP) “*Mais valia extra, produção e transferência de valor*” do VI encontro/2001; iv) novamente de Carcanholo, o artigo

“Oferta e demanda e a determinação do valor de mercado / Tentativa de interpretação do cap. X do livro III - Versão Preliminar”, apresentado no VIII encontro da entidade (2003).

Pretendendo inscrever-se entre essas intervenções, a contribuição que aqui trazemos propõe uma articulação dos conceitos de *valor, preço e mais valia extraordinária*, no contexto da lógica do sistema-padrão de Sraffa (*Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. 1960), tal como implícita numa particular formulação do processo de desenvolvimento capitalista que, desde longe, vimos desenvolvendo. Acreditamos que essa formulação possa ajudar no desdobramento desse debate crucial.

O cerne do debate

Nos termos em que Cipolla o resume, pretende-se uma resposta à seguinte questão: *“Seria esse ganho extraordinário (a mais valia extraordinária) um valor produzido pelos trabalhadores empregados pelos capitais mais eficientes, posição esta defendida por Borges Neto (2001), ou constituiria esse ganho uma transferência de valor no interior de uma indústria, tal como entendido por Carcanholo (2000)”*? Cipolla perfila sua opinião, grosso modo, à de Carcanholo, enquanto pendente-se aqui, não necessariamente pelas mesmas razões, para o que pensa Borges Neto. A matéria é mesmo controversa, como reconhece Carcanholo (2000): *“... a explicação que nos legou Marx sobre a mais valia extra e o mecanismo que a faz possível não está isenta de dificuldades. Assim duas alternativas de explicação são possíveis: a do trabalho complexo ou a da transferência de valor”*. Certo, duas explicações são possíveis, mas sempre se pode esperar que uma esteja mais correta do que a outra. A “prova dos nove”, dentro da melhor aproximação possível da economia política ao espírito das ciências experimentais, seria a de qual melhor se ajustasse à explicação econômica do desenvolvimento capitalista, tal como se passou, da revolução industrial aos nossos dias. Nesse sentido, uma preliminar da qual parece não se poder duvidar, é que se Marx vivesse os nossos tempos, certamente, reveria em profundidade o livro III, não só porque, para o conjunto do texto pode se estender a avaliação que Carcanholo (2003) faz especificamente do seu capítulo X: *“trata-se de um capítulo fragmentário, pouco elaborado, insuficiente e não isento de dificuldades teóricas”*, mas principalmente

porque não lhe escapariam as sugestões de novos enfoques, proporcionados pela experiência empírica documentada, e também por novas contribuições teóricas relevantes. No que se refere à experiência empírica, destacamos o processo de desenvolvimento tecnológico continuado, como o traço do desenvolvimento capitalista que se afigura mais patente, ao longo desses últimos dois séculos. De fato, esse processo de desenvolvimento tecnológico tem sido tão abrangente (abarcando todas as produções) e continuado (desde a revolução industrial aos dias de hoje), que se pode pensa-lo como inerente à dinâmica do sistema, como se a própria lógica de estruturação do sistema de preços relativos configurasse uma verdadeira “*compulsão macroeconômica para o aumento da produtividade de todas as produções*”, em torno da qual se estruturasse o sistema de preços relativos e toda a lógica do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, dentre os novos aportes teóricos não poderia ser ignorada a contribuição de Pierro Sraffa sobre a estruturação do sistema de preços. Nossa proposta é, pois, de uma releitura de Marx, numa perspectiva de unificação da essência e da aparência do valor, na linha da busca (frustrada) de Ricardo, retomada por Sraffa e aqui transposta para o ambiente de um sistema econômico em *equilíbrio dinâmico*.

Preço e valor

Num sobrevôo ligeiro da literatura, registram-se as seguintes especificações para os conceitos de preço e valor: *preço, preço de produção individual, preço de custo, valor, valor de mercado, preços de produção médios, preço de mercado, valor produzido, valor apropriado, valor social*. Assim como se deve advertir que, tratando-se aqui de uma esquematização fundada na divisão funcional do produto entre os rendimentos do trabalho e todos os tipos de rendimento do capital, não distinguimos entre os conceitos de *mais-valia-extraordinária* e *mais-valia-relativa*, nivelados ambos como rendas de uma mesma natureza, ambas integradas dentre os rendimentos do capital do sistema, convém também precisar que trabalhamos aqui com a relação preço-valor, no sentido em que a define com precisão Borges Neto (2001): “*O preço-valor é o preço que expressa diretamente o valor (de mercado), ou seja, um preço que não se desvia do valor. É o próprio valor (social ou de mercado), expresso em dinheiro*”. E complementa, em nota de rodapé: “*Anwar Shaikh cunhou a expressão preços diretos (directs prices) (Shaikh, 1977) para designar o mesmo conceito. Reinaldo Carcanholo*

usa um termos menos sintético “preços correspondentes aos valores”. Em torno do preço-valor se acomodariam as pressões da oferta e procura que, a nível da realidade objetiva, conformam os preços, conforme diz o próprio Marx, na citação de Carcanholo (2003): “... se a oferta e a procura regulam o preço de mercado, ou antes, os desvios que os preços de mercado tem do valor de mercado, por outro lado, o valor de mercado rege a relação entre a oferta e a procura ou constitui o centro em torno do qual as flutuações da oferta e procura fazem girar os preços de mercado” (Marx, 1981 – Livro 3, V.4, capítulo X – p. 205). Em suma, no contexto desse nosso trabalho, tomamos o preço como sendo a expressão financeira do valor, medida em quantidades monetárias, e o valor como a expressão econômica dos preços, medida em quantidade de trabalho, as duas expressões entendidas como mútua e diretamente correspondentes. O preço representa a *aparência* visível e o valor a *essência* oculta, na junção das duas definindo-se o fenômeno econômico. Como diz Carcanholo (2000) “(Para a dialética marxista) *A realidade é a unidade de duas dimensões, essência e aparência, e nenhuma delas é mais importante que a outra. A diferença entre elas está no fato de que se só a aparência é diretamente observável, a essência é a única que permite entender os nexos íntimos da realidade*”.

A estruturação do universo econômico de Marx

Tudo começa pela consideração da estruturação do sistema econômico que Marx tinha na cabeça. A esse respeito, observa-se que, entre o livro I e o livro III de “O Capital”, passa-se uma notável transição. Nas palavras de Carcanholo (2000) “*durante o primeiro livro d’O Capital Marx supôs, para maior simplicidade, que as diferentes empresas do mesmo ramo (setor) produtivo (produtoras de uma mesma espécie de mercadoria homogênea) trabalhavam todas com a mesma tecnologia e que, por isso, todas produziam uma unidade de mercadoria com a mesma quantidade de trabalho socialmente necessário*”. Já no livro III, Marx passa a idéia de um sistema econômico em que, num primeiro momento, coexistem *unidades de produção* (empresas), de cada mesmo ramo produtivo, estruturadas, a cada momento, segundo diferentes tecnologias, vale dizer, segundo diferentes *equações de produção*, nas quais os *meios de produção* (nas denominações *trabalho incorporado* ou *trabalho materializado* ou *trabalho indireto* ou *capital*) e o *trabalho* (nas denominações *trabalho vivo* ou *trabalho direto*)

interagem em diferentes proporções. Nessas diferentes proporções entre trabalho direto e trabalho indireto, definem-se as diferentes *composições orgânicas do capital*/diferentes *condições de produção*, que vigoram dentro do universo de produção de cada mercadoria, naquele determinado momento. Em função dessas diferentes composições orgânicas do capital/diferentes condições de produção, obtém-se, a cada dado momento, diferentes *produtividades do trabalho*, nas respectivas unidades de produção de cada espécie de mercadoria. A definição de produtividade não é, naturalmente, a mesma da taxa de lucro, mas diferentes produtividades do trabalho vão corresponder sempre a diferentes taxas de lucro, dada a relação econômica entre elas, até mesmo porque nenhum produtor capitalista estará interessado na *produtividade pela produtividade*, mas sim como meio de aumentar seus lucros (Marx); assim, produtividade e taxa de lucro se põem como função direta uma da outra, de forma que podemos relacionar os dois conceitos, na forma da expressão *produtividade/taxa de lucro*.

A partir dessa diferenciação geral da produtividade/taxa de lucro entre empresas e setores produtivos, Marx supõe que embora a diferenciação prevaleça entre as empresas (unidades de produção) de cada ramo produtivo, entre os diferentes ramos produtivos a competição capitalista operaria de forma a conduzir a uma re-igualação “... *originalmente diferem muito as taxas de lucro reinantes nos diferentes ramos de produção. As taxas diferentes de lucro, por força da concorrência, igualam-se a uma taxa geral, que é a média de todas elas*” (Capítulo IX, de *O Capital*). Como observa Herscovici (2000): “A tendência à igualação das taxas de lucro, para Marx, diz respeito às taxas de lucro intersetoriais, ou seja, às médias intersetoriais. No âmbito de uma perspectiva dialética, o processo de igualação assim concebido é totalmente compatível com a manutenção e/ou a ampliação do diferencial intra-setorial das taxas de lucro”. Em suma, para Marx, movido pela competição capitalista, o sistema econômico evoluiria de uma situação de *generalizada diferenciação da produtividade/taxa de lucro* (entre empresas dos mesmos ramos produtivos e entre ramos produtivos) para uma posição de *limitada diferenciação da produtividade/taxa de lucro* (diferente entre as empresas de cada ramo produtivo e igual entre os diferentes ramos/setores produtivos).

Equilíbrio estático x equilíbrio dinâmico

Pelo ângulo técnico, a diferenciação geral da produtividade/taxa de lucro é motivada pelas diferenças de gradação na absorção do desenvolvimento tecnológico, pelas diferentes *unidades de produção*. A cada momento, por múltiplas razões, algumas unidades de produção avançam mais do que outras, dentro de um processo geral que podemos imaginar como uma corrida de fundo; também na maratona sem fim da competição capitalista, as primeiras posições serão daqueles sempre poucos que reúnem condições para ocupar a liderança, engrossando-se os escalões progressivamente, da frente para a retaguarda, onde, depois de um nível de concentração máxima, inicia-se a *zona de dispersão*, na qual vão entrando aqueles que, pouco a pouco vão perdendo a condição de competição, para acabar parando à beira da pista. Traduz-se aí a idéia de que o movimento de aumento da produtividade em todas as produções, embora seja conjunto, não é linear, no sentido de que a própria forma como o progresso tecnológico é absorvido pelas diferentes unidades de produção leva a que, embora todas avancem num mesmo sentido ascendente, umas adiantem-se a outras, criando-se, permanentemente, diferenciais de produtividade/taxa de lucro entre elas. De fato, uma das evidências empíricas mais patenteadas pelo processo de desenvolvimento capitalista, desde a revolução industrial aos nossos dias, tem sido a da evolução tecnológica continuada (embora não uniforme) e mais ou menos conjunta (embora não simultânea) de todas as produções. Três hipóteses sobre o desenrolar do processo, grosso modo compatíveis com o aumento histórico da produtividade do conjunto do sistema, são possíveis: i) a partir da diferenciação *episódica* introduzida pelo desenvolvimento tecnológico, vista como uma perturbação do equilíbrio do sistema, produz-se, no momento seguinte, uma volta ao estado normal de *equilíbrio estático*, pela re-igualação da produtividade/taxa de lucro, tal como supõe Marx para os diferentes ramos produtivos; ii) embora a natureza contínua (não-episódica) do desenvolvimento tecnológico, a diferenciação permanente da produtividade/taxa de lucro, a ele associada, se passa no contexto de uma *tendência* constante para a igualação da produtividade em todas as produções, projetando uma *situação-teórica-limite* também de equilíbrio estático, em torno da igualdade geral da taxa de lucro, mesmo que

essa situação nunca venha a ser alcançada; com essa visão também poderia concordar Marx; iii) a diferenciação geral da produtividade entre unidades de produção e setores, sem nenhuma tendência que não seja a da continuidade do aumento da produtividade em todas as produções, como propomos, seria o estado normal no qual define-se o *equilíbrio dinâmico* do sistema, em torno da permanente diferenciação geral da taxa de lucro, com o que Marx, no estado da arte do livro III, jamais concordaria.

De fato, Marx é enfático quanto à igualação intersetorial da taxa de lucro: “*não há a menor dúvida de que, na realidade, excluídas diferenças não essenciais, fortuitas e que se compensam, não existe diversidade das taxas médias de lucro relativas aos diferentes ramos produtivos, nem poderia existir sem por abaixo todo sistema de produção capitalista*”. (Capítulo X. p. 173).

É esse o ponto que distingue nossa formulação, de Marx, como também, em certa medida, de Sraffa: a questão da igualdade, de fato ou em tese, da taxa de lucro, que eles adotam como própria à definição do equilíbrio (estático) do sistema, e que nós repudiamos com a mesma ênfase que Marx a defende; de fato, vemos na permanente diferenciação da taxa de lucro, sem qualquer tendência a não ser a da continuidade de sua realimentação, a verdadeira representação do estado normal do sistema, em relação à qual vamos deduzir a sua condição de equilíbrio dinâmico, *sem por abaixo*, mas, ao contrário, assegurando a continuidade do sistema de produção capitalista.

Em Marx e Sraffa, o cânone da igualdade da taxa de lucro mais parece um contra-senso, já que os dois definem suas problemáticas da relação preço-valor, em relação a sistemas descritos em termos da diferenciação geral da produtividade. Observe-se, a propósito, o ceticismo de Marx quanto à eficácia do mecanismo a que ele mesmo atribui a responsabilidade pela igualação inter-setorial das taxas de lucro, o da transferência dos capitais entre os setores, a cada momento menos e mais lucrativos, como se os capitais pudessem transitar entre eles, com a facilidade de líquidos em vasos comunicantes: “*Em todos os ramos de produção propriamente ditos – indústria, agricultura, mineração, etc. - a transferência de capital de um ramo para outro oferece dificuldades consideráveis, especialmente em virtude do capital fixo empregado. Além disso, a experiência mostra que um ramo industrial, digamos, o têxtil algodoeiro, proporciona, numa época, lucros excepcionalmente altos e noutra lucros muito baixos ou mesmo prejuízo, de modo que, tomando certo ciclo de anos, o lucro médio é*

aproximadamente o mesmo dos demais ramos, e o capital logo aprende a levar em conta essa experiência”. (Marx. Capítulo XII de “O Capital”).

Condições predominantes de produção e preço da mercadoria

Conforme Rubin (1979), na citação de Cipolla, o problema é que: *“A indústria (um ramo produtivo de uma determinada mercadoria homogênea) conta com produtores a distintos níveis de produtividade. Qual desses níveis de produtividade irá determinar o valor de mercado da mercadoria?”*. Em outras palavras, na relação preço-valor, a qual das quantidades de trabalho, utilizadas nas diferentes unidades de produção da mercadoria, deverá corresponder o seu preço, dado que cada mesma mercadoria homogênea deverá ter um só preço, independente das quantidades específicas de trabalho despendidas em suas diferentes unidades de produção? Claro que a resposta só pode ser dada pelas *condições predominantes de produção*, a cada momento dado. Essas condições predominantes de produção deverão ser encontradas numa ponderação entre essas diferentes produtividades (diferentes quantidades de trabalho por unidade de produto) e suas respectivas participações no total da produção da mercadoria. Quanto aos termos dessa ponderação estabelece-se, desde logo, uma controvérsia: se deve dizer respeito à moda (figura matemática que diz respeito à observação de maior frequência em uma distribuição) ou à média das produtividades. Cipolla, por exemplo, conclui pela média: *“o valor de mercado é uma média dos valores individuais. Essa média é obviamente ponderada pelas contribuições de cada método de produção para o lote total de mercadorias produzidas pela indústria”*. Já para o próprio Marx a coisa não parece tão decidida, embora ele nunca se refira explicitamente ao conceito de moda: *“Marx define o valor de mercado como o valor médio das mercadorias produzidas numa determinada indústria, ou, alternativamente, como o valor individual das mercadorias produzidas sob condições médias de produtividade e que formam a maior parte das mercadorias produzidas naquela indústria”* (Cipolla, 2003). E também é Marx (Carcanholo, 2003) quem diz: *“Ao contrário, admitamos que, sem variar a totalidade das mercadorias trazidas ao mercado, o valor das mercadorias produzidas nas condições mais desfavoráveis não se compense com o valor das produzidas nas melhores condições, de modo que a porção produzida nas condições mais desfavoráveis constitua magnitude de maior peso tanto em relação à massa intermediária quanto*

ao outro extremo; nessas condições, a massa produzida nas condições mais desfavoráveis rege o valor de mercado ou o valor social. Suponhamos finalmente que a massa de mercadorias produzidas nas condições mais favoráveis ultrapasse a das produzidas nas mais desfavoráveis e por isso constitua magnitude de maior peso que a das produzidas nas condições intermédias; então, a massa das produzidas nas condições mais favoráveis rege o valor de mercado”. (Marx – Livro 3, V. 4, capítulo X - p. 20). Quer dizer, ao mesmo tempo em que nomina a média, Marx define a moda, ao se referir “*dentre aquelas que constituem as condições mais favoráveis ou mais desfavoráveis*” (uma ou outra, não a média entre elas) *àquela que “constitua a grande massa da produção”* (a observação de maior frequência), como sendo à que o preço da mercadoria deverá corresponder.

O padrão específico de valor-trabalho/trabalho socialmente necessário, da
Mercadoria

Abordando a questão por um prisma conceitual, e não apenas matemático, pode-se esperar que as quantidades de trabalho a que deverão corresponder os respectivos preços das mercadorias homogêneas de cada ramo produtivo, deverão representar *padrões* para essas produções, em cada determinado estágio de desenvolvimento tecnológico do sistema. Esses padrões, como é do próprio significado da palavra, devem representar as quantidades de trabalho que naquele momento mostrem-se a *mais usual*, a *mais freqüente*, a *mais normal*, para a obtenção da unidade da mercadoria, dessa maneira correspondendo ao conceito de “*trabalho socialmente necessário*”. Nos termos em que Marx coloca a questão, esse padrão (preço) indicaria a “*condição predominante de produção*” da mercadoria, naquele determinado momento. Ou seja, dentre o total da mercadoria levada ao mercado, aquela quantidade de trabalho correspondente à condição em que estaria sendo obtida a maior porção da mercadoria. Essa definição corresponde ao conceito matemático da “*moda*” (ocorrência mais freqüente de uma distribuição), caracterizando-se a *produtividade modal* como aquela em que, naquele dado momento, é obtida a maior porção da mercadoria levada ao mercado. Seria, portanto, a moda das produtividades a referência do preço da mercadoria.

Esquemáticamente a distribuição das unidades de produção do conjunto do sistema, ao longo da corrida sem fim da competição capitalista vai assumir, da liderança à concentração na retaguarda, uma forma que se poderia dizer *piramidal*, tal como refletido no exemplo numérico, a seguir, no qual se supõe levada ao mercado a produção total de 17.000 toneladas de uma hipotética mercadoria “A”, obtida em diferentes unidades de produção, nas quais vigoram diferentes produtividades do trabalho:

Condições de produção da mercadoria A		
Qte. da mercadoria(tons.)	Homens/Hora por ton.	Mais-valia-extra
1.000	2 homens/hora	4 homens/hora
6.000	3 homens/hora	3 homens/hora
10.000	6 homens/hora	-
Total 17.000		

Tomada a moda das produtividades como referência de preço (a condição de produção das 10.000 toneladas, ou seja 6 homens/hora por tonelada) ocorrerá que as unidades de produção dos níveis de produtividade superiores à esta, obterão um ganho extraordinário (mais valia extraordinária, superlucro) na medida das diferenças entre a quantidade de trabalho tomada como referência do preço e as quantidades de trabalho efetivamente despendidas nas suas condições superiores de produção. Pela mesma razão, abaixo do padrão não poderiam existir unidades de produção da mercadoria, simplesmente porque receberiam pela mercadoria menos do que o custo efetivo em trabalho que teriam, o que as tornaria inviáveis economicamente. Dessa forma, a produtividade do padrão, define, a cada momento, a produtividade mínima (limite de ingresso) admitida no universo da produção da mercadoria. Nessas condições, se a produtividade modal não tivesse que ser a referência de preço da mercadoria, mas, admitamos, qualquer uma outra produtividade, superior a essa, pudesse sê-lo, incorreríamos no paradoxo de que *justamente a maior quantidade da mercadoria que estaria sendo levada ao mercado naquele momento não poderia estar sendo produzida*. Se, por outro lado, o padrão pudesse ser qualquer nível de produtividade inferior à

produtividade modal (de definição, portanto, independente das condições predominantes de produção) então poderia vir a ser um nível de produtividade qualquer, tornando-se indeterminado. Em suma, o menor nível de produtividade em que a mercadoria pode estar sendo produzida em condições de viabilidade econômica será sempre correspondente à produtividade modal, vale dizer ao padrão vigente no momento, correspondendo ao seu preço de mercado. Do mesmo modo, a propósito da discussão entre a média e a moda, vê-se, no exemplo numérico, que se o preço fosse referido à média ponderada das produtividades (no exemplo igual a 4,7 homens/hora por tonelada) novamente a maior porção da produção levada ao mercado (as 10.000 toneladas produzidas à produtividade de 6 homens/hora por tonelada) não poderia estar sendo produzida.

Chamemos de *padrões específicos de valor-trabalho*, os valores modais que, nos termos do exemplo, encontramos no universo de produção de cada mercadoria específica.

A necessidade de um padrão geral de valor-trabalho

Aparentemente, tendo nos acertado em relação à qual das quantidades de trabalho tomar como referência de preço das mercadorias homogêneas (se a moda ou a média), já estaríamos em condições de determinar os preços relativos das diferentes mercadorias, simplesmente comparando os seus respectivos padrões específicos de valor-trabalho. Se assim pudesse ser, todo o problema da estruturação do sistema de preços relativos teria sido resolvido com a opção pela moda.

O complicador é que, como colocado desde o início, nos termos da “prova dos nove” a que nos propusemos, a lógica de estruturação do sistema de preços relativos deverá explicar a dinâmica do desenvolvimento capitalista (Benetti, 1976) e, por conseguinte, deverá explicar a sua diretriz que identificamos como a evidência empírica mais patente, a da *compulsão macroeconômica para o aumento da produtividade em todas as produções*. Nessas condições, se tomássemos, tão só e diretamente, os padrões específicos das diferentes mercadorias como suas referências de preços relativos, isso acarretaria que se todas as unidades de produção de um mesmo ramo produtivo - de uma suposta mercadoria A, por exemplo - resolvessem permanecer, ao longo do tempo, estagnadas no mesmo nível de produtividade (mantivessem o *trabalho socialmente*

necessário para sua obtenção num mesmo nível) ou seja, se a produção da mercadoria A continuasse demandando sempre uma mesma quantidade de trabalho, enquanto as produções de todas as demais mercadorias evoluíssem continuamente em produtividade, ou seja, requeressem uma cada vez menor quantidade de trabalho por unidade de produto, o valor de A cresceria continuamente em relação aos das demais mercadorias. Isso daria lugar à ocorrência do que poderíamos chamar de “*paradoxo da estagnação valorizante*”, uma vez que essa consequência inesperada não só não explicaria, como tornaria mesmo difícil compreender o porque da tendência generalizada ao aumento da produtividade em todas as produções, dado que haveria vantagem econômica na estagnação. Assim, fazer dos padrões específicos de valor-trabalho as referências dos preços relativos das diferentes mercadorias, contraria a nossa diretriz de elaboração teórica sobre o desenrolar do desenvolvimento capitalista e, dessa forma, não pode ser aceito. Realmente a mera possibilidade teórica de ocorrência desse paradoxo, não asseguraria a explicação da dinâmica do sistema em torno do princípio mestre da “compulsão macroeconômica para o aumento da produtividade”, não importando se a ocorrência efetiva dessa possibilidade (exigindo a concordância de todas as unidades de produção de um mesmo ramo produtivo) fosse considerada remota, pouco provável, ou mesmo *quase que impossível*; levando em conta a Lei de Murphy, (“*nada que possa dar errado dará sempre certo*”) a formulação teórica, para poder ser aceita como tal, tem que se apresentar como *a única forma possível* de ocorrência do fenômeno retratado, não podendo deixar espaço lógico para trajetórias alternativas.

Dado que a determinação dos preços relativos não poderá refletir apenas as relações entre os padrões específicos de valor-trabalho das diferentes mercadorias, encontrados em seus respectivos universos de produção, surge a necessidade de uma referência que ao mesmo tempo em que diga respeito às condições de produção do conjunto das mercadorias, não fique presa a nenhuma delas em particular, na forma de um *padrão geral de valor-trabalho*. Os preços relativos das diferentes mercadorias resultariam, dessa forma, de uma triangulação entre seus respectivos padrões específicos e esse padrão geral. Ou seja, os preços relativos das mercadorias A e B não se estabeleceriam segundo as relações diretas entre seus respectivos padrões específicos, mas, antes, refletiriam as relações entre estes e o padrão geral de valor-trabalho do sistema. A triangulação com esse padrão geral, obrigaria a que todas as produções evoluíssem respeitando o mínimo de produtividade por ele assinalado (a

produtividade modal de cada momento) válido para todas as produções, impedindo que qualquer produção específica pudesse se deixar ficar estagnada ao longo do processo.

Do estrito ponto de vista da estruturação do sistema de preços relativos, o que ocorre é que quando consideramos os padrões específicos das mercadorias, tais como os determinamos, levamos em conta, para determinar a produtividade modal dentro do seu universo de produção, apenas as quantidades de trabalho direto envolvidas nas diferentes condições de produção da mercadoria, deixando de fora o trabalho indireto, que também integraria o valor da mercadoria. Para os fins que nos interessavam, pudemos abstrair as quantidades absolutas de trabalho indireto (que não tínhamos mesmo como conhecer) , uma vez que tratando-se de uma mesma espécie de mercadoria, pudemos supor que as quantidades relativas de trabalho indireto ficavam implícitas nas próprias diferenças de produtividade (uma unidade de produção de uma mesma espécie de mercadoria, que exija o dobro de trabalho direto por tonelada do que uma outra, utiliza a metade de capital daquela). Todavia, a transposição do raciocínio para o âmbito das diferentes espécies de mercadorias, implicaria na suposição de que as produções de todas as espécies de mercadorias empregariam uma mesma relação capital/trabalho básica (uma mesma relação trabalho indireto/trabalho direto, ao nível dos seus respectivos padrões de valor). Em outras palavras, implicaria na suposição de que todas as produções seriam obtidas dentro de uma só condição de produção, para todas vigorando uma só produtividade, uma só taxa de lucro. Essa alias, é a única hipótese que, mesmo que absurda no plano prático, se mostra lógica, quando se abstrai a necessidade de um padrão geral de valor-trabalho. Só na hipótese de que todas as mercadorias geradas no sistema econômico fossem produzidas dentro da mesma relação capital/trabalho, poderíamos fazer suas relações de preços proporcionais às quantidades de trabalho direto empregado em cada uma; se, ao contrário, aceitamos que essas relações tenham que ser diferenciadas, entre as diferentes espécies de mercadorias, como se verifica no plano empírico, então temos que arranjar uma forma de conhecer as quantidades absolutas de trabalho indireto empregadas em cada uma, de maneira a poder soma-las ao trabalho direto, este último sempre um dado técnico objetivamente conhecido, uma vez que redutível ao número de trabalhadores empregados na produção. Em suma, a consideração de uma só taxa de lucro para todas as produções do sistema (e não apenas a consideração dessa possibilidade como uma *tendência*, ou como uma posição *teórica-limite*, a jamais se realizar) traz implícita a hipótese absurda de que

todas as mercadorias, da goiabada ao computador, sejam sempre produzidas dentro da mesma relação básica trabalho direto/trabalho indireto. Marx pagou um alto preço à lógica matemática, quando se viu na contingência de ter que *aceitar* o mecanismo fantasioso da transferência dos capitais entre os setores (em relação ao qual ele mesmo se mostrou cético) para chegar à igualação das taxas de lucro inter-setoriais, caindo na armadilha do absurdo pratico da igualdade das condições de produção para todas as mercadorias, tudo para fugir do problema da determinação de um padrão geral de valor-trabalho, o que, de resto, só teria uma primeira formulação com Sraffa.

O padrão de Sraffa

Como vimos, a estruturação do sistema de preços relativos exige a definição de um padrão geral de valor-trabalho. Isso de imediato nos remete à frustrada busca de Ricardo por uma mercadoria que se pudesse saber, ao longo do tempo, sempre produzida com uma mesma quantidade de trabalho. Se tivéssemos uma mercadoria como essa, poderíamos sempre saber, mesmo todos os preços variando ao longo do tempo, as quantidades relativas de trabalho contidas nas diferentes mercadorias, a cada momento, apenas comparando os preços de todas elas com o preço dessa mercadoria padrão. Mas não só Ricardo não encontrou qualquer mercadoria com essa característica, como sua existência constituiria mesmo, diante de nossa diretriz de elaboração teórica (a do aumento continuado da produtividade em todas as produções) uma impossibilidade.

Só perto de um século mais tarde (1960) Sraffa chegou aos termos em que o problema de Ricardo poderia ser equacionado, o que não quer dizer que tenha chegado exatamente à solução buscada por Ricardo, mas ao que poderia substituí-la, guardada a lógica essencial de sua busca.

Para colocar sua proposição em termos gerais, Sraffa utiliza um sistema do tipo seguinte, onde se supõem produzidas as mercadorias “a”, “b”,..., “k”, nas quantidades anuais respectivas A, B,...,K. Desses totais produzidos entram, umas nas outras, como meios de produção, respectivamente, as quantidades (Aa,Ba,...Ka) em A, (Ab,Bb,...,Kb) em B e...(Ak,Bk,Kk) em K. O trabalho empregado (número de trabalhadores) na produção de cada uma dessas mercadorias é representado por La, Lb,...Lk; o salário, que como pagamento do trabalho simples é o mesmo para todos os trabalhadores, está

representado por w , e a taxa de lucro r também é uma só para todas as produções. Os preços das k mercadorias do sistema são representados como p_a, p_b, \dots, p_k , devendo ser tais que permitam a verificação do sistema de equações, vale dizer a troca de todas as mercadorias produzidas no sistema, umas pelas outras.

A igualdade da taxa de lucro é uma suposição clássica do equilíbrio, que Sraffa, surpreendentemente, assume, uma vez que todo o seu raciocínio tem por base a diversidade das produtividades nas unidades de produção das mercadorias (*“a chave para o movimento dos preços relativos que se segue a uma mudança no salário está na desigualdade das proporções em que o trabalho e os meios de produção são empregados nas varias indústrias...”*). Ou seja, Sraffa coloca sua problemática em relação a um sistema econômico estruturado segundo diferentes produtividades/diferentes taxas de lucro, mas equaciona-a, formalmente, num sistema com uma só taxa de lucro.

$$(A_{apa} + B_{apb} + \dots + K_{apk}) (1+r) + L_{aw} = A_{pa}$$

$$(A_{bpa} + B_{bpb} + \dots + K_{bpk}) (1+r) + L_{bw} = B_{pb}$$

$$\dots\dots\dots$$

$$\dots\dots\dots$$

$$(A_{kpa} + B_{kpb} + \dots + K_{kpk}) (1+r) + L_{kw} = K_{pk}$$

Todas as quantidades desse sistema (quantidades produzidas de cada mercadoria, as quantidades de cada uma que entram como meios de produção, umas nas outras e as quantidades de trabalho utilizadas em cada uma) podem ser tomadas como conhecidas, como dados técnicos que são. Assim, as incógnitas são os k preços (p_a, p_b, \dots, p_k) o salário w e a taxa de lucro r . Em princípio, poderíamos tomar um dos k preços para padrão e em termos deles expressarmos todos os demais preços, assim como a taxa de lucro e o salário. O problema é que - sem que nos interesse compreendê-lo propriamente em sua natureza matemática - como os preços, a taxa de lucro e o salário se interdeterminam, *“a taxa de lucro não pode ser determinada antes de conhecermos os preços dos bens”* (Sraffa). Se o salário e a taxa de lucro (a repartição do produto) muda, também mudam os k preços e o próprio valor do produto total do sistema; nessas condições, como diz Benetti (1976) *“devemos, então, admitir que se aquilo que deve ser repartido muda quando só o que se altera é a maneira de reparti-lo, não se sabe mais o*

que está sendo repartido". E é o mesmo Carlo Benetti quem completa, dizendo que "(essa indeterminação) *coloca a economia política na incapacidade de reproduzir teoricamente a racionalidade do capitalismo tal como se expressa pelo sistema de preços de produção, uma vez que a relação entre preços e repartição da renda fica indeterminada.*"

É esse o problema que Sraffa resolve, investigando as condições a que deveria obedecer a *construção* de uma mercadoria cuja taxa de lucro não se alterasse por mais que se alterassem os preços de seus meios de produção. Para chegar a essa mercadoria Sraffa parte da propriedade matemática que diz que "*se a partir de um sistema de equações – que chamaremos de sistema original - construirmos um sistema auxiliar reduzido (constituído de frações das equações originais), desde que esse sistema auxiliar contenha todas as equações do sistema original, pode-se afirmar que as relações que se evidenciarem nesse sistema auxiliar serão automaticamente válidas para o sistema original*". É nesse sentido que Sraffa diz que "*sistemas auxiliares podem dar transparência a um sistema e tornar visível o que estava oculto*". Claro que a construção de sistemas auxiliares obedecerão a regras concebidas de modo a conduzir ao resultado almejado. Ou seja, aquilo que vai transparecer em cada sistema auxiliar, dependerá da regra que se eleja para sua construção. Sraffa nos dá um exemplo de como chega ao seu sistema auxiliar, a que dá o nome de *sistema-padrão* (no sentido de que a mercadoria-composta nele produzida vêm a ser a mercadoria-padrão, em que a taxa de lucro não se altera quaisquer que sejam os preços), partindo de um sistema original hipotético (obviamente simplificado), em que são produzidas três mercadorias, ferro, carvão e trigo, dentro das seguintes condições::

$$90t. \text{Ferro} + 120t. \text{Carvão} + 60 \text{arr. Trigo} + \frac{3}{16} \text{trabalho} = 180t. \text{ferro}$$

$$50t. \text{Ferro} + 125t. \text{Carvão} + 150 \text{arr. Trigo} + \frac{5}{16} \text{trabalho} = 450t. \text{carvão}$$

$$40t. \text{Ferro} + 40t. \text{Carvão} + 200 \text{arr. Trigo} + \frac{8}{16} \text{trabalho} = 480 \text{ arr. trigo}$$

$$180t. \text{Ferro} + 285t. \text{Carvão} + 410 \text{ arr. Trigo} + 1 \text{ trabalho}$$

para chegar ao sistema auxiliar que pretende, Sraffa diz "devemos tomar, junto com toda a indústria de ferro, $\frac{3}{5}$ da indústria de carvão e $\frac{3}{4}$ da que cultiva trigo". O sistema resultante será:

$$90t. \text{Ferro} + 120t. \text{Carvão} + 60 \text{arr. Trigo} + \frac{3}{16} \text{trabalho} = 180t. \text{Ferro}$$

$$30t. \text{Ferro} + 75t. \text{Carvão} + 90 \text{arr. Trigo} + \frac{3}{16} \text{trabalho} = 270t. \text{Carvão}$$

$$30\text{t.Ferro} + 30\text{t.Carvão} + 150\text{arr.Trigo} + 6/16\text{trabalho} = 360\text{arr.Trigo}$$

$$150\text{t.Ferro} \quad 225\text{t.Carvão} \quad 300 \text{ arr.Trigo} \quad 12/16 \text{ trabalho}$$

E conclui : “As proporções em que as três mercadorias são produzidas nesse novo sistema (180:270:360) são iguais àsquelas em que elas também entram no agregado dos meios de produção (150:225:300). A mercadoria-composta que procurávamos (mercadoria-padrão), é, por conseguinte, formada pelas proporções:

$$(1 \text{ ton ferro: } 1 \frac{1}{2} \text{ ton. Carvão: } 2 \text{ arr.trigo})$$

Sraffa observa: “a possibilidade de falar de uma razão entre duas coleções de mercadorias que são uma miscelânea, sem a necessidade de reduzi-las à medida comum do preço, surge, é claro, da circunstância de que ambas as coleções são formadas das mesmas proporções – que elas são de fato quantidades da mesma mercadoria composta” (da mercadoria que poderíamos chamar de “fecatri”, composta de uma mistura nas proporções de 1 tonelada de ferro, mais uma e meia tonelada de carvão, mais duas arrobas de trigo). A taxa de lucro da mercadoria “fecatri” será sempre de 20 % (relação produto/meios de produção) quaisquer que sejam os preços individuais do ferro, do carvão e do trigo. Sraffa mostra que para cada sistema de preços existe sempre um sistema-padrão embutido, que pode ser explicitado achando-se os multiplicadores próprios para cada equação de produção.

Os limites da solução de Sraffa

Existem controvérsias sobre em que medida Sraffa teria resolvido o problema posto por Ricardo. Para começar, o padrão de Sraffa não se apresenta imutável ao longo do tempo, como Ricardo queria. Mas, como vimos, mantida a premissa de Ricardo não se poderia mesmo chegar a lugar nenhum. A mercadoria-padrão invariável revela-se uma impossibilidade. De fato, a conclusão de Sraffa é a de que cada sistema de preços traz embutido o seu próprio sistema-padrão. Vale dizer que se os preços variam, ao longo do processo de desenvolvimento, o padrão de Sraffa também varia e, portanto, não é imutável. Como também não o é o conceito de “trabalho socialmente necessário” de Marx, que só pode ser visto como um parâmetro histórico, que varia com a evolução das tecnologias de produção. De resto, um padrão de valor-trabalho estável não faz o menor sentido lógico: se, através da história, “*o trabalho de um homem*” será sempre “*o trabalho de um homem*”, no entanto o produto desse trabalho se altera ao longo do

processo de desenvolvimento, no ritmo em que se altera o “trabalho socialmente necessário” para obtenção das mercadorias; dessa forma o “padrão de valor-trabalho” justamente significando o “*valor do trabalho a cada dado estágio de desenvolvimento do sistema de produção*” (o salário), tem, naturalmente, que seguir o aumento histórico da produtividade básica (padrão) da economia.

Ademais, pode-se mesmo arriscar que Ricardo só considerou o princípio da invariabilidade como essencial, por razões mais operacionais do que conceituais. De fato, partindo do pressuposto de que seria impossível exprimir o padrão em termos de quantidades absolutas de trabalho, até porque não punha tanta fé em que o fundamento do valor fosse o trabalho, entendido como algo de mensurabilidade prévia aos preços (no sentido da observação de Alain Herscovici (2000), de que “*a antecendência lógica do valor em relação ao preço não significa que quantitativamente o preço tem que ser igual ao valor, mas simplesmente que o preço tem por origem o valor*”) mas, por outro lado, acreditando que o processo econômico só poderia ser entendido em termos de trabalho, o que Ricardo procurava era um padrão representado pelo preço de uma mercadoria imutável, que pudesse operar essa transformação, de preços para trabalho.

Dessa forma, na medida em que se mostre possível determinar, a cada momento, a quantidade absoluta de trabalho do padrão, ele poderia igualmente cumprir esse papel operacional buscado por Ricardo, sem que precisasse ser invariável. E como diz Sraffa, a propósito do seu padrão: “*tão logo fixemos a taxa de lucro, e sem necessidade de conhecer os preços das mercadorias, estabelece-se uma paridade entre o produto líquido padrão e uma quantidade de trabalho que depende apenas da taxa de lucro... Assim, todas as propriedades de uma medida invariável de valor são encontradas em uma quantidade variável de trabalho*”. Em suma, o fato de Sraffa não ter chegado ao padrão invariável de Ricardo, apresenta-se como um falso problema. O problema mesmo da solução de Sraffa é que tendo que tendo que adotar a igualdade da taxa de lucro, como uma exigência da solução matemática dentro dos termos em que equacionou a construção do seu sistema-auxiliar-padrão, isso o levou a uma solução formalmente correta, porém desprovida de significado econômico. Quanto ao significado econômico, realmente não poderia ser diferente: a verdade é que a igualdade da taxa de lucro traduz uma situação de *equilíbrio estático*, em torno da qual cessa o desenvolvimento, cessa o próprio sentido de processo econômico enquanto ligado à acumulação e ao aumento da produtividade; na situação de equilíbrio estático o sistema

entra em estagnação, as mercadorias, ciclo após ciclo, passando a ser produzidas sempre as mesmas, das mesmas formas e nas mesmas quantidades, trocando-se umas pelas outras segundo suas quantidades de trabalho direto, apenas para se reproduzirem monotonamente. Uma pedra em equilíbrio estático, no topo de uma ladeira, só entrará em movimento, rolando ladeira abaixo, se for introduzido um fator de desequilíbrio no sistema; esse fator de desequilíbrio é a desigualdade da taxa de lucro, permanentemente mantida pela continuidade do desenvolvimento tecnológico.

Do ponto de vista formal, a solução de Sraffa é perfeita e, talvez por isso mesmo, depois de uma demora de perto de dez anos para que a natureza e o alcance de sua solução fossem inteiramente compreendidas, na década de 70 a sua contribuição foi saudada entusiasticamente pelos meios acadêmicos do mundo inteiro, como uma verdadeira “revolução teórica em marcha”. Todavia esse entusiasmo mostra-se hoje arrefecido, porque não se conseguiu estabelecer o significado propriamente econômico do padrão para o qual a solução de Sraffa apontava. A igualação da taxa de lucro em todas as produções é uma situação teórica-limite, a nunca alcançar, onde o desenvolvimento do sistema cessa de todo. Dessa forma, referida a essa única situação, a construção de Sraffa, embora formalmente correta, ficou impedida de explicar a dinâmica econômica do desenvolvimento.

A transposição do sistema de Sraffa para o ambiente da diferenciação geral da taxa de lucro

Sistemas auxiliares formados dentro dos mesmos condicionantes gerais, mas segundo regras de formação diferentes, revelarão, naturalmente, fenômenos diferentes. Nesse sentido, para caracterização do nosso particular sistema auxiliar, partamos da consideração de que a situação cotidiana de fato do sistema econômico é a da permanente diferenciação da produtividade/taxa de lucro, entre as diferentes unidades de produção de mercadorias, de um mesmo como dos diferentes gêneros, sem tender para qualquer forma de igualação. O objeto de nossa pesquisa são as relações funcionais que conformam o equilíbrio dinâmico do processo de desenvolvimento, o que não poderia ser feito antes de Marx e de Sraffa. Realmente, Marx apontou o contexto no qual a solução tem que ser buscada, o da diversidade das condições de produção de cada mesma mercadoria homogênea (embora elidindo a necessidade do padrão geral, pela

hipótese, pouco plausível, segundo ele mesmo, da igualação das taxas de lucro intersetoriais via competição capitalista) enquanto Sraffa equacionou, formalmente, como esse padrão geral poderia ser encontrado. A transposição do sistema de Sraffa para o ambiente da diferenciação geral da taxa de lucro, poderá nos levar à determinação do padrão geral de valor-trabalho que buscamos.

Nesse sentido, tomado o sistema de equações do qual Sraffa partiu, a diferenciação geral da taxa de lucro exigirá, de início, que em lugar de considerarmos apenas uma equação de produção para a produção total de cada mercadoria (por exemplo $[A_{apa} + B_{apb} + \dots + K_{apk})(1+r) + \text{Law}]$ para a mercadoria A), consideremos tantas equações quanto as diferentes produtividades com que as diferentes porções da mercadoria A (A_1, A_2, \dots, A_n) são produzidas, nas suas diferentes unidades de produção, o mesmo se passando para todas as demais mercadorias.

Um sistema como esse não comporta solução matemática nos termos da determinação dos preços de equilíbrio, mas podemos ter essa solução implícita numa outra forma de representação da condição de equilíbrio. Para isso, devemos, inicialmente, introduzir o conceito de “*produtividade econômica do trabalho*”. A produtividade econômica do trabalho, nos termos em que a definimos, se expressa na relação “*valor da produção em termos financeiros/quantidade de trabalhadores empregados-VP/L*”, verificada para cada unidade de produção do sistema. Além dessa conceituação da produtividade expressar mais perfeitamente do que a simples produtividade física, a natureza da competição capitalista (*nenhum empresário capitalista busca a produtividade pela produtividade – a produtividade física – mas sim como meio para alcançar uma maior taxa de lucro – uma maior produtividade econômica*) nos permite comparar a produtividade entre ramos diferentes, enquanto a produtividade física nos restringia às comparações entre as unidades de produção de cada mesmo ramo de mercadoria. Dessa forma, podemos agora agregar as equações de produção correspondentes às unidades de produção de todos os gêneros de mercadorias para as quais se verifique um mesmo coeficiente de produtividade econômica do trabalho, conformando, a partir do sistema original, um sistema auxiliar reduzido aos segmentos de produtividade (condições de produção) do sistema original. Em cada um desses segmentos de produtividade (em que se misturam produções de diferentes espécies de mercadorias) estará sendo produzida uma mercadoria-composta, de valor

igual à soma dos valores das mercadorias componentes e com uma quantidade de trabalho igual à soma de trabalhadores de suas respectivas unidades de produção.

Sabemos que num sistema em equilíbrio (estático ou dinâmico) todas as mercadorias devem se trocar inteiramente, nas proporções e qualidades exigidas por sua produção conjunta, umas entrando nas outras como meios de produção (a *produção de mercadorias por meio de mercadorias*). Nos termos do nosso sistema auxiliar, essa troca universal das diferentes produções do sistema original, vai ficar reduzida às trocas mútuas das mercadorias-compostas dos diferentes segmentos de produtividade. Dessa maneira, suponhamos que no nosso sistema auxiliar reduzido, existam três segmentos, ou seja, três mercadorias compostas, A, B e C. As trocas mútuas entre elas, representando todas as trocas possíveis do sistema original, serão expressas na combinação, sem repetição, dessas três tomadas duas a duas, a saber AB, AC e BC. Sabemos que o pressuposto de toda troca é a igualdade dos valores trocados, donde, para que essas trocas possam ocorrer, temos que ter:

$$\text{Valor de A} = (A_{pa}) = \text{Valor de B} = (B_{pb}) = \text{Valor de C} = (C_{pc})$$

Por sua vez, a produtividade econômica do trabalho (P_e) de cada segmento define-se pela relação entre o valor da produção nele realizada (a soma dos valores das mercadorias nele agregadas) e a quantidade de trabalhadores nele empregados (a soma das quantidades de trabalhadores das unidades de produção nele agregadas), de forma que teremos

$$P_{ea} = A_{pa}/L_a ; P_{eb} = B_{pb}/L_b \text{ e } P_{ec} = C_{pc}/L_c$$

Assim, se tivermos

$$P_{ea} > P_{eb} > P_{ec}$$

Teremos necessariamente,

$$L_a < L_b < L_c$$

Como tudo o que se tornar explícito no sistema auxiliar, será válido para o sistema efetivo, podemos dizer que “a condição de equilíbrio dinâmico de todo sistema

econômico é que a força de trabalho total nele empregada se distribua de maneira inversamente proporcional aos níveis de produtividade em que opera”.

Para dar um exemplo gráfico dessa distribuição, suponhamos o valor financeiro (VP) produzido em cada segmento (que tem que ser o mesmo valor para todos) de \$3.000, e as quantidades de trabalhadores (L) indicadas a seguir.

Distribuição da força de trabalho num sistema econômico em
equilíbrio dinâmico

(número de trabalhadores por segmentos de produtividade)

coef. Valor Ref. \$ 3.000,00

prod. \$30/trab //// (100)

\$25/trab //////(120)

\$20/trab ////////// (150)

\$15/trab /////////// (200)

\$10/trab ////////////// (300)

\$5/trab // (600)

0---+---+---+---+---+---+

1 2 3 4 5 6

No. de trabalhadores (centenas)

Como se observa na representação gráfica do equilíbrio, o segmento de menor produtividade relativa do sistema será sempre aquele em que se concentra a maior quantidade de trabalhadores da distribuição da força de trabalho por níveis de produtividade, ou seja, a *moda* da distribuição dos trabalhadores pelos segmentos de produtividade, vale dizer, o *padrão-geral de valor –trabalho* do sistema. O padrão geral de valor-trabalho do sistema econômico, transparece, assim, no sistema auxiliar formado pela transposição do raciocínio de Sraffa para o ambiente da diferenciação geral da produtividade/taxa de lucro, determinado em termos de um dado nível de produtividade econômica e de uma quantidade definida de trabalho.

O lucro funcional capitalista

Na repartição funcional do produto, devemos, considerar, inicialmente, que o rendimento do trabalhador específico é composto por duas parcelas distintas: o *salário* (igual para todos enquanto pagamento do trabalho simples), mais um *adicional de qualificação*, teoricamente proporcional ao *capital implícito* que cada um carrega. Dessa forma, como *rendimentos do fator trabalho* propriamente dito, devemos computar apenas os salários, a parte correspondente às diferentes qualificações dos trabalhadores específicos sendo computadas dentre os *rendimentos do capital*.

Em termos gráficos, se tomamos a distribuição da força de trabalho de equilíbrio, e expressamos os coeficientes de produtividade em termos relativos (R\$ 5/trab.= 1; R\$ 10/trab.=2d; R\$15/ trab.=3 ... etc.), a base do sistema vai corresponder à quantidade de trabalhadores empregados a nível do segmento padrão.

Coef.

Prod. Rel.

6 /// (100)

5 ///(120)

4 /// (150)

3 /// (200)

2 /// (300)

1 /// (600)

0---+---+---+---+---+---

1 2 3 4 5 6

No. de trabalhadores (centenas)

///// rendimentos do trabalho

*** rendimentos do capital (lucro bruto)

Ficamos, assim, de posse de uma referência em unidades objetivas de trabalho (a quantidade de trabalho do padrão), que nos permite expressar em unidades de trabalho todo o valor gerado no sistema. Com efeito, dado que em todos os segmentos do sistema auxiliar deve ser produzido um mesmo valor (condição de equilíbrio), em todos os segmentos o valor gerado (trabalho direto mais o trabalho indireto), deverá ser igual às 600 unidades de trabalho direto do padrão, de maneira que o valor total em trabalho, produzido nos seis segmentos de produtividade do sistema, será igual a $6 \times 600 = 3.600$ unidades de trabalho. Desse total, a parte correspondente aos rendimentos

do trabalho será igual à quantidade total de trabalhadores empregados no sistema. Quanto aos rendimentos do capital, cabe, inicialmente, definir o que seja; no sentido econômico-funcional, no contexto da nossa esquematização, *capital é tudo (tangível ou intangível) que, se refletindo no valor de mercado da produção, aumenta a produtividade econômica do trabalho, acima da produtividade padrão do sistema*. A nível do padrão, por conseguinte, não existe capital, no sentido econômico-funcional, todo o valor sendo apropriado pelo trabalho; claro que as produções que se façam a esse nível necessitam de capital, no sentido técnico das máquinas, equipamentos e insumos, mas, tendo-se tornado a moda (o trabalho socialmente necessário) esse capital aí existente perde a conotação econômico-funcional de acrescentar produtividade ao trabalho. Quanto ao lucro do sistema, a questão central é a da articulação entre lucro e valor de troca, nos termos do paradoxo de, em concebendo-se o lucro como um *plus* em valor resultante do processo de trocas, como explica-lo se toda troca tem por pressuposto a igualdade dos valores trocados? De dois valores iguais que se trocam nada poderia sobrar.

Mas, como diz Sraffa “*sistemas auxiliares podem revelar o que estava oculto*”. A nossa estruturação do sistema econômico, segundo seus segmentos de produtividade, deixa transparecer a explicação com surpreendente facilidade. Observemos, nesse sentido, que, quando se trocam duas mercadorias produzidas em um mesmo segmento, vale dizer, a um mesmo nível de produtividade ($P1=VP1/L1= P2=VP2/L2$), aos valores necessariamente iguais trocados (“o pressuposto de toda troca é a igualdade dos valores”) vale dizer, $VP1=VP2$, vão corresponder iguais quantidades de trabalho $L1=L2$. Dessa maneira, da troca de duas mercadorias de mesma produtividade econômica nada resta que possa ser apropriado como lucro. Quando, porém, trocamos duas mercadorias produzidas em segmentos de produtividade diferentes ($P1=VP1/L1 \neq P2=VP2/L2$) então aos valores necessariamente iguais trocados (“o pressuposto de toda troca é a igualdade dos valores trocados”) vale dizer, $VP1=VP2$, irão corresponder diferentes quantidades de trabalho ($L1 \neq L2$). Dessa forma, o lucro do sistema (lucro bruto, dentro do qual estará o lucro líquido) representa o somatório dos diferenciais em trabalho resultantes das trocas das mercadorias produzidas a diferentes níveis de produtividade.

Conclusão

Voltando à questão-síntese do debate, tal como colocada por Cipolla (“*Seria esse ganho extra (mais valia extraordinária/ mais-valia-relativa) um valor produzido pelos trabalhadores empregados pelos capitais mais eficientes, posição esta defendida por Borges Neto (2001), ou constituiria esse ganho uma transferência de valor no interior de uma indústria, tal como entendido por Carcanholo (2000)*”), nossa esquematização não deixa dúvida quanto a sua caracterização como “*um valor produzido pelos trabalhadores empregados pelos capitais mais eficientes*”. Realmente, na única possibilidade de se entender o capitalismo, em sua essência lógica e não tanto em sua prática, como um sistema harmônico (vale dizer, não contraditório), só poderíamos concebe-lo como apoiado no tripé do *desenvolvimento tecnológico continuado / lucro – investimento / aumento histórico do salário real*. Nesse contexto harmônico, o conceito da mais-valia-extraordinária, nos termos em que o pomos (embolado à *mais-valia-relativa* no ambiente da permanente diferenciação da taxa de lucro acarretada pela continuidade do desenvolvimento tecnológico), se qualificaria

como a verdadeira e única expressão funcional do lucro capitalista. Veja-se que não se trata de negar a validade do conceito da *mais-valia-absoluta*, como elemento de acumulação histórica do capital, presente ainda hoje na prática capitalista, com tanto maior intensidade quanto mais atrasada a sociedade, mas de reconhecê-lo mais como elemento de perturbação do funcionamento harmônico do sistema, e não como a melhor explicação, do lucro funcional capitalista. Nesse contexto de idéias, o desenvolvimento tecnológico continuado é que seria a verdadeira explicação do lucro, ao mesmo tempo em que seria por ele explicado: é da diferenciação da produtividade, introduzida pelo desenvolvimento tecnológico continuado, que resulta o lucro, e é da busca do lucro que resulta a continuidade do desenvolvimento tecnológico. Como se mostra na esquematização, se o desenvolvimento tecnológico cessa, a continuidade da competição capitalista acaba realizando a projetada igualação da produtividade em todas as produções, matando a geração do lucro e impedindo o investimento (quem financia o investimento é o lucro, resultante da troca integral de todas as mercadorias sobre o mercado, e não a poupança, na acepção de adiamento do consumo). Em outras palavras, na relação lucro-valor sobre a qual se estrutura o sistema de preços, o lucro é sancionado funcionalmente como correspondendo ao *trabalho que o progresso tecnológico permitiu poupar*, no ciclo presente, em relação ao “trabalho socialmente necessário” vigente, que, na forma de um “*crédito em trabalho*” se torna disponível para financiar o investimento nos ciclos vindouros.

Mas, sobretudo, importa destacar a importância do debate que em torno da mais-valia-extraordinária, Francisco Paulo Cipolla levantou no seio da Sociedade Brasileira de Economia Política, como um convite a todos para a conformação de um novo enfoque do processo econômico, de vastas implicações teóricas e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENETTI, Carlo . “*Valeur et Repartition*”. 1976. Presses Universitaires de Grenoble. Grenoble.
- BIDARD, Christian. “*Prix, Reproduction, Rareté*”. 1991. Durand. Paris.
- BORGES NETO, J. Machado. “*Mais valia extra, produção e transferência de valor*”. Anais do VI encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política.

2001.

CARCANHOLO, Reinaldo. “*Sobre o conceito de mais valia extra em Marx*”.

Anais do V encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. 2000.

CARCANHOLO, Reinaldo. “*Oferta e demanda e a determinação do valor de mercado / Tentativa de interpretação do cap. X do livro III - Versão Preliminar*”. Anais do VIII encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política (2003).

CIPOLLA, Francisco Paulo. “*Valor de mercado, preço de mercado e o conceito de mais valia extraordinária*”. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. N. 12. junho 2003.

HERSCOVICI, Alain. “*Processo de gravitação, concorrência e preço de produção: uma perspectiva dinâmica*”. Anais do V encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. 2000.

MAGALHÃES, Rogério A.L. “*A condição econômica da modernidade abrangente*”. Anais do VII encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. 2002.

MARX, Karl. “*O Capital*”. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

NAPOLEONI, Cláudio. “*O pensamento econômico do século XX*”. 1979. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro.

SERRANO, Franklin & MEDEIROS, Carlos. “*O desenvolvimento econômico*

e

a retomada da abordagem clássica do excedente”. Anais do VII encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. 2002.

SCHUMPETER, Joseph. “*A Teoria do desenvolvimento econômico*”. 1961. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro.

SRAFFA, Piero. “*Produção de mercadorias por meio de mercadorias*”. 1977. Zahar Editores. Rio de Janeiro

ABSTRACT

In the context of the discussion about the concept of *extraordinary-surplus-value*, within the Brazilian Society of Economic Policy, raised by Francisco Paulo Cipolla (UFPR) in an article published by the entity's publication (june 2003), the

article proposes an articulation of the *value* and *price* concepts from which the *extraordinary-surplus-value* results as the only possibility of functional expression of the profit phenomenon. In this rereading of Marx, in a moderne perspective, although the concept of *absolute-surplus-value* is recognized as pertinent and as one of many ways through which, historically, capital unduly misappropriates the surplus which is functionally owned to labor, and deprives it – in behalf of the extraordinary-surplus-value – of the function of structuring a theoretical explanation of profit.